

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO
ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
1ª Secretária da CMRB



Referente Processo nº 29865/2021

Rio Branco – AC, 21 de outubro de 2021.


A Diretoria Financeira da Câmara Municipal de Rio Branco

Assunto: **Solicitação Participação em evento**

Informo que foram juntados aos autos deste processo:

1. Projeto básico;
2. Folders;
3. Certidões
4. Cotação de passagens aéreas
5. Condição de Diárias
6. Valor da inscrição no Curso

Atenciosamente,


Joana Lima
Chefe de Gabinete da 1ª Secretária
Portaria 018/2021



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
1ª SECRETARIA**



PROJETO BÁSICO Nº 25/2021

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para a realização de curso e/ou capacitação, treinamento e aperfeiçoamento, com conteúdos voltados às atividades exercidas por agentes públicos do Poder Legislativo municipal rio-branquense, com a consequente concessão de diárias e aquisição de passagens aéreas destinadas à participação no evento.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DO OBJETO

A contratação de empresa especializada na realização de treinamentos de capacitação para agentes públicos que exercem suas atribuições no Poder Legislativo municipal rio-branquense, juntamente com a concessão de diárias e aquisição de passagens aéreas para fins de deslocamento para o evento escolhido se faz necessária, porquanto esta é uma das formas de potencializar e aprimorar as atividades exercidas nesta Casa Legislativa.

Neste contexto é importante destacar que a Câmara dos Vereadores é composta por representantes do povo, aos quais cabem as funções de legislar, fiscalizar, julgar e assessorar o Poder Executivo. O exercício de tais atribuições só pode ser bem feito caso essas pessoas sejam bem qualificadas, o que torna imperiosa a disponibilização de treinamentos aos agentes públicos envolvidos nas competências supracitadas e, por conseguinte a contratação objeto deste projeto básico.

Isso posto, entendemos que o curso Redes Sociais e a Comunicação do Mandato Legislativo, mostra pertinência com o exercício da vereança e com a atuação do requerente no Poder Legislativo Municipal.

3. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A contratação direta objeto deste projeto básico fundamenta-se no disposto no artigo 20, caput, da Lei nº. 8.666/93 por se tratar o caso de contratação em que há impossibilidade de aferição objetiva de critérios que viabilizariam uma competição, por ser seu objeto singular, qual seja, a escolha de qual treinamento realizar, dentre tantos disponíveis no mercado, o que demanda uma opção subjetiva do administrador.

4. ESCOLHA DO FORNECEDOR E DO PALESTRANTE

A escolha do Instituto Plenum Brasil se dá em razão dela atuar na área da gestão pública, realizando cursos de capacitação em todo Brasil. Trata-se de empresa que já prestou serviços para a Câmara Municipal de Rio Branco.

O curso a ser adquirido, por sua vez, terá como professor/palestrante Rodrigo Portari, Doutorado em Comunicação pela UFMG; Mestre em Comunicação pela UNESP em Bauril



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
1ª SECRETARIA**



SP; Atua na área desde 1998, atuando em jornal impresso e rádio e prestando assessoria para poder público e campanhas eleitorais, Professor efetivo do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Minas Gerais, MBA em Assessoria de Imprensa da Universidade Estácio de Sá - Campus Ribeirão Preto (SP) de acordo com folder anexado ao pedido p.02.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor cobrado pelo curso Redes Sociais e a Comunicação do Mandato Legislativo, R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais), é aquele usualmente cobrado pela empresa Instituto Plenum Brasil para eventos dessa natureza, conforme demonstra o quadro abaixo.

Curso: Improbidade Administrativa e Lei Anticorrupção. Órgão: Instituto Plenum Brasil Local: Brasília/ DF. Data: 17 a 20 de agosto de 2021. Carga horária: 12 horas Professores envolvidos: 01 Valor do investimento: R\$690,00	Curso: Participação Popular no legislativo e Transparência Municipal Órgão: Instituto Plenum Brasil Local: Brasília/ DF Data: 21 a 24 de setembro de 2021. Carga horária: 12 horas Professores envolvidos: 01 Valor do investimento: R\$690,00.	Curso: Orçamento Municipal, Análise PPA e Emendas Parlamentares – Na Prática. Órgão: Instituto Plenum Brasil Local: Brasília/ DF Data: 28 de setembro a 01 de outubro de 2021. Carga horária: 12 horas Professores envolvidos: 01 Valor do investimento: R\$690,00
--	--	---

5. EXECUÇÃO DO CURSO

O curso Redes Sociais e a Comunicação do Mandato Legislativo tem carga horária de 12 (doze) horas a serem cumpridas em 4 dias, conforme programação abaixo relacionada, extraída do folder de inscrição de p.02.

1º dia – 26/10/2021 - terça-feira – 14 às 17h

Credenciamento e entrega dos materiais:

2º dia - 27/10/2021 - quarta-feira – 08 às 12h

Módulo I

O lugar das redes sociais na comunicação pública;

Interesse público e as redes sociais;

Redes sociais no mandato parlamentar;

Atendimento ao cidadão;

Elementos necessários para a sua comunicação no meio digital;

Métricas de monitoramento.



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
1ª SECRETARIA**



3º dia - 28/10/2021 - quinta-feira - 08 às 12h

Módulo II

Principais redes e suas características;

Redes sociais – gestão e gerenciamento de informações;

Criação de Conteúdos

O que postar? Onde postar?

Cronograma de conteúdos e agendamentos;

Endomarketing nas redes sociais;

Mantendo a legalidade e ética nas redes sociais.

4º dia - 29/10/2021 - sexta-feira – 08 às 12h

Módulo III

Crise e gestão de crise nas redes sociais;

Democracia representativa em tempos de conexão digital.

Desafios da Informação;

O que são fake news?

A disseminação de fake news em ambientes digitais;

Bons práticas na criação e disseminação de conteúdos na internet.

Encerramento e entrega dos certificados – 12h

6. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da presente contratação, no valor de R\$ 590,00 (seiscentos e noventa reais), será efetuado à empresa Instituto Plenum Brasil através de transferência bancária.

Frise-se ainda, nos termos do art. 62, caput, da Lei nº. 8.666/93, que em razão do valor do negócio, não há necessidade de elaboração de contrato, motivo pelo qual esse instrumento será substituído pela nota de empenho.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

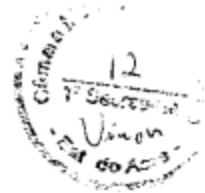
8.1 - O pagamento da capacitação ocorrerá na dotação do Programa de Trabalho: 02.001.001.01.031.0601. 2001.0000– Administração da Câmara Municipal de Rio Branco - AC.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00– Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos: 1.01

8.2 - A aquisição de passagens aéreas ocorrerá na dotação do Programa de Trabalho: 02.001.001.01.031.0601. 2001.0000– Administração da Câmara Municipal de Rio Branco - AC.



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
1ª SECRETARIA**



Elemento de Despesa: 3.3.00.33.00 – Passagens e Despesas com locomoção

Fonte de Recursos: 1.01

8.3 – O pagamento de diárias ocorrerá na dotação do Programa de Trabalho: 02.001.001.01.031.0601, 2001.0000– Administração da Câmara Municipal de Rio Branco - AC

Elemento de Despesa:3.3.90.14.00.00.00 – Diárias - Civil

Fonte de Recursos: 1.01

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Executar os serviços conforme especificações de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas;

8.2 Utilizar instrutores habilitados para ministrar o treinamento;

8.3 Responsabilizar-se pelo recebimento das notas de empenho e faturamento individualizado;

8.4 Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma consignada no item 7 do presente projeto básico.

10.2 Conceder ao requerente, conforme Resolução Legislativa 05/2014, diárias destinadas a prover as despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana no período do evento;

10.3 Disponibilizar passagens aéreas ao requerente para que este consiga se deslocar até o local do treinamento no período estritamente necessário à ida e à volta do evento;

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Advertências por escrito, admitidas inicialmente, pela infringência de qualquer item pactuado, desde que sem conseqüências nos prazos e nos valores estabelecidos;

11.2 Multas, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, rescindir ou der causa à rescisão do Contrato;

11.3 Multas de 5% (cinco por cento) do valor da nota de empenho, caso a CONTRATADA descumpra qualquer outra condição ajustada e, em especial, quando não se aparelhar convenientemente para a execução dos serviços.



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
1ª SECRETARIA**



11.4 Impedimentos de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

11.5 Declarações de idoneidade que impede o contratado de contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, assim que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na subcláusula anterior;

11.2 As sanções previstas nas subcláusulas anteriores, quando cabíveis, poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo previsto na Lei nº 8.666/93, observado o contraditório e a ampla defesa.

11.4 A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para reparar ou ressarcir eventuais danos causados à CONTRATANTE.

11. DA EVENTUAL RESCISÃO.

As hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93. Nesses casos, o fornecedor reconhece os Direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

12. DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Rio Branco – Acre, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Projeto Básicas e das Contratações deles decorrentes.

Rio Branco AC, 21 de outubro de 2021.


Joana Lima

Chefe de Gabinete da 1ª Secretaria
Portaria 018/2021



IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E LEI ANTICORRUPÇÃO

BRASÍLIA/DF
PLANALTO BITTAR HOTEL
Setor Hoteleiro Sul, Qd. 3 Bl. A

17 a 20
Agosto

Programação

Dia 17/08 - Terça-feira, de 14:00 às 17:00hrs
Credenciamento e entrega dos materiais.

Dia 18/08 - Quarta-feira, de 08:00 às 12:00hrs

Módulo 1 - Improbidade Administrativa

Evolução Histórica e Legislativa;
A Repressão da Improbidade Administrativa na Constituição Federal de 1988;
Princípios da Administração Pública;
Conceito de Improbidade Administrativa;
Sujeitos do Ato de Improbidade;
A Lei 8.429, de 1992;
O Alcance da Lei de Improbidade Administrativa na Administração Pública Municipal, nos Poderes Executivo e Legislativo;
Palestra: Função Fiscalizatória do Legislativo.

Dia 19/08 - Quinta-feira, de 08:00 às 12:00hrs

Módulo 2 - Crimes de Improbidade Administrativa

Tipos de Improbidade Administrativa;
Classificação dos Atos de Improbidade Administrativa;
Ato de Improbidade Administrativa que Causam o Enriquecimento Ilícito;
Ato de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário;
Ato de Improbidade Administrativa que atentam Contra os Princípios da Administração Pública;
Investigação dos Atos de Improbidade Administrativa;
O Processo Judicial de Improbidade Administrativa;
A Punibilidade do Agente Público;
Os Efeitos da Coordenação por Improbidade;

Dia 20/08 - Sexta-feira, de 08:00 às 12:00hrs

Módulo 3 - Lei Anticorrupção 12.846/2013

Corrupção: Conceitos, Causas e Indicadores;
Aspectos Relevantes da Lei Anticorrupção;
Sanções;
Acordos de Leniência e Compliance;
Atuação do Legislativo Municipal no Combate a Corrupção.

Encerramento e entrega dos certificados - 12:00

Palestrante:



Caio Campos
Advogado, especialista em direito Público, mais de 12 anos de experiência com o público. Já foi **assessor** nas secretarias de governo e de planejamento do governo do Estado em MG. Ocupou o cargo de vereador na legislatura 2017/2020. Palestrante.

MATERIAL
DIDÁTICO
Apostila e material
didático em PDF

COFFEE
BREAK

CERTIFICADO
DE CONCLUSÃO
Apostila e material
didático em PDF

CARGA HORÁRIA
12 Horas/Aula

INVESTIMENTO

R\$ 690,00/ Inscrição

VALOR ESPECIAL PARA GRUPOS A
PARTIR DE 4 INSCRIÇÕES.

Agenda em: www.plenumbrasil.com.br

ENTRE EM
CONTATO AGORA!

(31) 2531-1776
(31) 2531-1750

cursos@plenumbrasil.com

Excelência
capacitação

plenum



PARTICIPAÇÃO POPULAR NO LEGISLATIVO E TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL

BRASÍLIA/DF
PLANALTO BITTAR HOTEL
Setor Hoteleiro Sul, Qd.3 Bl. A

21 a 24
Setembro

Programação

Dia 21/09- Terça-feira, de 14:00 às 17:00hrs
Credenciamento e entrega dos materiais.

Dia 22/09- Quarta-feira, de 08:00 às 12:00hrs

Módulo 1 - A Participação Popular como Decorrência da Democracia

- A Constituição de 1988 e a participação popular
- Os Desafios dos Sistemas Participativos
- Participação popular no Processo Legislativo
- Iniciativa Popular
- Governo participativo
- A integração do governo com a sociedade organizada civil
- Orçamento participativo
- Conselhos municipais
- Ouvidoria

Dia 23/09- Quinta-feira, de 08:00 às 12:00hrs

Módulo 2 – Modernizações no Regimento Interno para Incentivar a Participação Popular

- . Dinâmica das reuniões na câmara municipal
- . Formas de participação popular nas reuniões
- . Audiências públicas: como realiza-las de forma eficaz
- . Tribuna Popular;
- . Participação popular nas comissões;
- . Câmara Itinerante;
- . Escola do legislativo.

Dia 24/09- Sexta-feira, de 08:00 às 12:00hrs

Módulo 3 – Transparência Municipal

- Direito de acesso à informação;
- Abrangência da Lei de Acesso à Informação no Brasil;
- Requerimentos e ofícios para acesso à informação;
- Exercício do direito ao acesso à informação;
- Procedimentos para requerer informações;
- Prazos e procedimentos para acesso à informação;
- Possibilidades de restrição de acesso;
- Portal da transparência e seu conteúdo;
- Transparência ativa e transparência passiva.

Encerramento e entrega dos certificados - 12:00hrs

Palestrante:



João Lembi

Advogado, Mestre em Direito Público, Especialista em Poder Legislativo, Consultor Legislativo com vasta experiência, coordenador jurídico do Instituto Plenum Brasil, e Palestrante.



MATERIAL DIDÁTICO
Apresentação e participação

COFFEE BREAK

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO
A respeito do cumprimento do 7º Art. 17 da Lei nº 13.009/2014



CARGA HORÁRIA
10 Horas/Mod.

INVESTIMENTO

R\$ 690,00/ Inscrição

VALOR ESPECIAL PARA GRUPOS A PARTIR DE 4 INSCRIÇÕES.

pagamento à taxa de imposto sobre o produto

ENTRE EM CONTATO AGORA !

(31) 2531-1776

(31) 2531-1750

cursoes@plenumbrasil.com

Excelência
capacitação

plenum



ORÇAMENTO MUNICIPAL, ANÁLISE PPA E EMENDAS PARLAMENTARES – NA PRÁTICA

BRASÍLIA/DF
PLANALTO BITTAR HOTEL
Setor Hoteleiro Sul, Qd.3 Bl. A

28 de Setembro a
01 de Outubro

Programação

Dia 28/09 - Terça-feira, de 14:00 às 17:00hrs
Credenciamento e entrega dos materiais.

Dia 29/09 - Quarta-feira, de 08:00 às 12:00hrs

Módulo 1 - Dinâmica orçamentária municipal

Ciclo Orçamentário;
Receitas Públicas;
Despesas Públicas;
Plano Plurianual (PPA)
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
Lei Orçamentária Anual (LOA)
Manual Técnico Orçamentário (MTO)

Dia 30/09- Quinta-feira, de 08:00 às 12:00hrs

Módulo 2 - Análise do PPA pela câmara municipal

PPA;
Conceito;
Vigência;
Objetivos e Características;
O planejamento da Administração Pública de médio prazo;
Formulação dos programas governamentais;
O escopo de atuação do Município para um período de quatro anos;
Programas de Governo;
Ações de governo;
Metas físicas;
Metas orçamentárias;
Integração entre o planejamento, o orçamento e a gestão.

Dia 01/10- Sexta-feira, de 08:00 às 12:00hrs

Módulo 3 - Emendas parlamentares – na prática.

O que são Emendas ao Orçamento?
O que são Emendas Parlamentares?
Os tipos de emendas parlamentares:
• Emendas Individuais;
• Emendas de Bancadas Estaduais;
• Emendas de Comissão;
• Emendas de Apropriação;
• Emendas de Remanejamento;
• Emendas de Cancelamento;

Valores por Parlamentar;
Valores por Bancada;
Quais objetos a pleitear?
Como pleitear?
Quais são os prazos?
Noções Plataforma + Brasil e Execução orçamentária
Orçamento impositivo Vereadores
Como implementar o orçamento impositivo em seu Município?
Execução das emendas dos vereadores no município

Encerramento e entrega dos certificados - 12:00hrs

Palestrante:



Cajo Campos

Advogado, especialista em direito Público, mais de 12 anos de experiência com o público. Já foi assessor nas secretarias de governo e de planejamento do governo do Estado em MG. Ocupou o cargo de vereador na legislatura 2017/2020. Palestrante.

**MATERIAL
DIDÁTICO**
Apresentação
em vídeo

**COFFEE
BREAK**

**CERTIFICADO
DE CONCLUSÃO**
A partir do cumprimento
da 75% da capacitação
em horas

CARGA HORÁRIA
12 Horas/Aula

INVESTIMENTO

R\$ 690,00/ Inscrição

**VALOR ESPECIAL PARA GRUPOS A
PARTIR DE 4 INSCRIÇÕES.**

Apresentação em vídeo em português
e inglês

**ENTRE EM
CONTATO AGORA !**

(31) 2531-1776

(31) 2531-1750

cursos@plenumbrasil.com